



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
Unidade de Auditoria Interna

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

PAINT 2015

Titular da Unidade de Auditoria Interna
JOSÉ CLAUDIO KARAM DE OLIVEIRA

Assistente e Auditora Interna
MILENA MENDES DA COSTA

Auditora Interna
DIRLÂNDIA DE OLIVEIRA MARQUES

Auditor Interno
RAIMUNDO CHRISTIANEY RIOS

Auditora Interna
FRANCISCA GILDERLANE RIBEIRO

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Jm', is located at the bottom right of the page.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
Unidade de Auditoria Interna

LOCAL DE TRABALHO: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Fortaleza, localizado na cidade de Fortaleza, Capital do Ceará, na Avenida Treze de Maio, 2081, Benfica.

PERÍODO DE EXAME: de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, com disponibilidade de 8.520/05 Horas/homem, já descontados os sábados, domingos, feriados, recessos, férias.

RECURSOS HUMANOS

A equipe atual é constituída de 05 (cinco) servidores, que se utilizarão dos conhecimentos em licitações públicas, contratos administrativos, convênio, gestão de recursos humanos e recursos públicos, todos lotados na Reitoria.

ESCALA DE FÉRIAS DOS SERVIDORES LOTADOS NA REITORIA:

SERVIDOR	1º Período	2º Período	3º Período
José Cláudio Karam de Oliveira-1	(Exercício 2015) 26/01/2015- 14/02/2015	(Exercício 2015) 23/02/2015- 27/02/2015	(Exercício 2015) 31/08/2015-04/09/2015
Dirlândia de Oliveira Marques-6		-(Exercício 2014) 02/01/2015- 09/01/2015	-(Exercício 2014) 20/07/2015- 07/08/2015
Milena Mendes da Costa-7		(Exercício 2014) 19/02/2015- 27/02/2015	-(Exercício 2014) 01/07/2015- 18/07/2015
Raimundo Christianey Rios - 8	(Exercício 2014) 11/05/2015 a 22/05/2015	(Exercício 2014) 22/06/2015 a 03/07/2015	-(Exercício 2014) 20/07/2015 a 25/07/2015
Francisca Gilderlane Ribeiro - 9	(Exercício 2014) 18/05/2015 a 29/05/2015	(Exercício 2014) 08/06/2015 a 19/06/2015	-(Exercício 2014) 06/07/2015 a 11/07/2015

DIRETRIZ DOS TRABALHOS:

A Programação de Auditoria estará orientada para a verificação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da confiabilidade do controle interno, a fim de se atender ao art. 7º da IN nº 01/2007-CGU quando da elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) correspondente.

AÇÕES DE CAPACITAÇÕES

Estão previstas as seguintes ações relacionadas com capacitação dos servidores:

Ação nº 03 - Contribui para o desenvolvimento profissional dos auditores internos quando da observação dos procedimentos de trabalho dos analistas de controle da CGU/CE.

Ação nº 12 - Para 2015 serão necessários cursos de capacitação na área de Auditoria em Licitações, destinado ao auditor Raimundo Christianey Rios, com a finalidade de capacitar o servidor para a Ação de nº 05- LICITAÇÕES do PAINT 2015; Curso de Auditoria em Legislação de Pessoal, com a finalidade de capacitar o auditor para a realização da Ação de nº 09 do PAINT 2015; participação de servidores na Semana de Administração Orçamentária Financeira e Contratações Públicas- ESAF que englobem áreas relacionadas a convênios folha de pagamento e controle, a definir entre os demais auditores, com a finalidade de obter capacitação para a execução da Ação de nº 08 e 09 do PAINT 2015.

Ação nº 13- Participação semestral de um auditor, por evento, no Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais vinculadas ao MEC (FONAI), sem programação definida, mas com previsão de realização no primeiro semestre, em maio de 2015, em local a ser definido e no segundo semestre, em novembro de 2015, também em local a ser definido.

ORÇAMENTO PREVISTO PARA AS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Curso Previsto/Organizadora	Ação relacionada no PAINT-2015	Número de Auditores	Investimento- R\$	Diárias R\$
				Passagens R\$
Auditoria em Licitações e Contratos/JAM JURÍDICA	Ação 05	01	2.600,00	1.500,00
				1.500,00
Semana Orçamentária/ESAF	Ação 08 e 09	02	1.000,00	3.000,00
				3.000,00
Processo de Contratação Sustentável/ AOF PREGÃO DIGITAL	Ação 05	01	2.000,00	1.500,00
				1.500,00
Metodologia e Planejamento de Auditoria de Riscos/ ABOP	Ação 04	01	2.000,00	1.500,00
				1.500,00
Elaboração de Indicadores de Desempenho/ABOP	Ação 04	01	2.000,00	1.500,00
				1.500,00
Demais cursos nas áreas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Recursos Humanos, Auditoria em Tecnologia da Informação e técnicas de auditoragem.	Aprimoramento dos conhecimentos	04	8.000,00	6.000,00
				6.000,00
FONAI (semestral)	Aprimoramento dos conhecimentos	02	2.000,00	3.000,00
				3.000,00
TOTAL P.			19.600,00	18.000,00
				18.800,00
Treinamento- R\$		Diárias- R\$		Passagens- R\$
19.600,00		18.000,00		18.000,00
				Total Geral
				55.600,00

Informamos que os Cursos e valores apresentados foram estimados baseados em cursos oferecidos no mercado durante o exercício de 2014, por não haver, ainda, calendários de cursos para 2015. Além dos cursos apresentados informamos que os auditores, sempre que possível, realizam cursos à distância, oferecidos pelo TCU, CGU, ENAP, entre outros.

Jur

AÇÕES DE FORTALECIMENTO

A AUDIN – IFCE apresenta como ações de fortalecimento, a Ação de nº 04 que trata da elaboração do Manual de Auditoria da AUDIN – IFCE, onde serão estabelecidos procedimentos, técnicas e rotinas para a realização das Auditorias.

A autodidaxia em assuntos ligados às técnicas em auditoria governamental; as construções dos programas de auditoria das demais ações de auditoragem, que contará com a participação dos integrantes da Unidade de Auditoria Interna fortalecerão o seu produto auditorial (opinião do auditor).

FATORES CONSIDERADOS RELEVANTES NA ELABORAÇÃO DO PAINT/2015:

- Efetivo de pessoal lotado na Unidade de Auditoria Interna;
- Nível de conhecimento da Equipe;
- Possibilidade de riscos verificados pela Controladoria Regional da União no Estado do Ceará (CGU/CE) ao longo dos anos;
- Informação que deverão compor o Parecer da Unidade de Auditoria Interna no processo de prestação de contas anual;
- Informações que deverão atender ao conteúdo do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT/2015), nos termos da IN CGU nº 01 de 03/01/2007,
- Reincidências de impropriedades/irregularidades
- Alta velocidade da expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica em detrimento ao baixo efetivo de pessoal e ao excesso de regras de controle que necessitam ser apreendidas pelos servidores.
- O desejo pessoal do Reitor em que seja feita auditoria na área fim da Instituição
- O desejo pessoal do Pró-reitor de Gestão de Pessoas em que seja verificada a aderência à carga horária dos servidores e professores nos campi do IFCE.
- Utilização de uma matriz de risco que orientou na escolha das ações mais importantes
- Avaliação dos controles internos dos 23 Campi do IFCE decorrente da Ação de Levantamento dos Campi realizada em 2013 e 2014.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA (AUDIN)

As áreas de atuação da Unidade de Auditoria Interna estão descritas no Anexo I na coluna de nº II, levando em consideração:

- As características do IFCE;
- O planejamento prévio baseado na possibilidade de riscos verificados pela CGU/CE;
- As Ações Governamentais apresentadas no Projeto de Lei Orçamentária identificadas com maior risco através da Matriz de Risco com base nos critérios de materialidade, relevância e criticidade;
- As áreas que foram identificadas com fragilidades nos controles internos decorrente da Ação de Levantamento dos Campi realizada em 2013 e 2014.

MAPEAMENTO, HIERARQUIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES:

Para a realização do mapeamento de atividades a serem executadas no exercício de 2015, foram levados em consideração todos os programas, ações e atividades que apresentaram créditos orçamentários no Projeto de Lei Orçamentária de 2015 para o IFCE.

A metodologia da construção da Matriz de Risco foi desenvolvida de acordo com as seguintes etapas:

- identificação do universo de auditoria (temas);
- estabelecimento dos fatores de risco;
- elaboração de escala de fatores de risco e estabelecimento de níveis de risco;
- determinação do grau e dos pesos de risco.

O mapeamento será detalhado juntamente com a hierarquização das atividades, pois não só apresentará os programas, ações e atividades, como também os classificará segundo a materialidade, a relevância e a criticidade, a fim de apurar o risco inerente à priorização das atividades a serem realizadas, conforme critérios detalhados a seguir:

- Materialidade: calculou-se o percentual "x" de cada ação governamental em relação à totalidade do orçamento destinado ao IFCE. A hierarquização pela materialidade se dá da seguinte forma:

CRITÉRIOS DA MATERIALIDADE MATRIZ DE RISCO

CRITÉRIOS DA MATERIALIDADE				MATRIZ DE RISCO
Muito baixa materialidade		$X <$	0,10%	1
Baixa materialidade	0,10%	$< X <$	1%	2
Média materialidade	1%	$< X <$	10%	3
Alta Materialidade	10%	$< X <$	25%	4
Muito alta materialidade		$X >$	25,00%	5

Para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, atribuímos notas de 1 a 5, de acordo com o resultado encontrado, partindo de "muito baixa materialidade" com nota 1 até "muito alta materialidade" com nota 5.

- Relevância: Quanto à relevância, a atribuição de pontuação decorre da análise da aderência de cada Ação aos seguintes aspectos:

Atividade ligada diretamente ao cumprimento da missão da instituição

Atividade pertencente ao Planejamento Estratégico da Instituição

Atividades que possam comprometer serviços prestados aos cidadãos

Atividades que possam comprometer a imagem da instituição;

Atividades cujo descumprimento pode causar problemas trabalhistas, fiscais e/ou legais.

Considerando R o quantitativo de aspectos à que a Ação de Governo teve aderência tem-se a classificação do quadro:

ASPECTOS DE RELEVÂNCIA		
R<=1	Muito baixa	1
R=2	Baixa	2
R=3	Média	3
R=4	Alta	4
R=5	Muito alta	5

- Criticidade: A hierarquização pela criticidade leva em consideração os aspectos a seguir:

- **Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento** (quanto maior o intervalo, maior a pontuação).

CRITÉRIOS DA CRITICIDADE			
Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento	Quanto maior o intervalo, maior a pontuação	Última auditoria realizada até 6 meses igual:	0
		6 a 12 meses igual	1
		de 12 a 18 meses,	2
		de 18 a 24 meses,	3
		de 25 a 30 meses,	4
		acima de 30 meses,	5

- **Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição** (quanto mais descentralizado, maior a pontuação).

Para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, atribuímos notas de 0 a 2, sendo pontuação 0 quando a Atividade for centralizada na Reitoria, pontuação 1 quando a Atividade for

conjunta, realizada pelos campi e reitoria e sendo pontuação 2 quando a Atividade for descentralizada realizada pelos campi.

CRITÉRIOS DA CRITICIDADE			
Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição	Quanto maior a descentralização, maior a pontuação	Atividade centralizada	0
		Atividade conjunta	1
		Atividade descentralizada	2

- **Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição** (quanto mais falhas conhecidas, maior a pontuação), tendo em vista a avaliação dos controles internos realizada com base na Ação de Levantamento dos Campi em 2014.

Para um melhor entendimento atribuímos a seguinte pontuação: quando for zero (0) é considerada que houve falhas de controles internos desconhecidas, quando a pontuação for um (01) é considerada quando houve a falta de conhecimento dos controles internos da ação e quando a pontuação for dois (02) é quando há falhas de controles internos conhecidas.

Considerando as situações acima apresentadas em cada um dos aspectos. Apuramos as notas de cada aspecto, faz-se uma média deles para encontrar a criticidade.

CRITÉRIOS DA CRITICIDADE			
Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição baseada na Ação de 2014 - Levantamento dos Campi	Quanto maior a falha, maior a pontuação	Falhas de controles internos desconhecidas	0
		Falta de conhecimento dos controles internos	1
		Falhas de controles internos conhecidas	2

Destarte, as atividades foram priorizadas considerando os aspectos de materialidade, relevância e criticidade, onde foi possível elaborar a matriz de risco com a classificação das ações para direcionamento dos trabalhos de auditoria interna, conforme demonstração abaixo. Assim sendo, foram priorizadas as ações com resultado da matriz de risco superior a 25.

PONTUAÇÃO NA MATRIZ DE RISCO	
Alta Relevância na matriz de risco	9 a 12
Média Relevância na Matriz de risco	5 a 8
Baixa relevância na Matriz de Risco	0 a 4

ANEXO II: MATRIZ DE RISCOS - PAINT 2015 - DADOS OBTIDOS DO PLOA

Orçamento/ 2015:		RS 409.374.633,00							
CLASSIFICAÇÃO (Mapeamento para Matriz de Risco)									
PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
Ação Governamental			Materialidade	Relevância	Críticidade	Resultado da Matriz de Risco			
Descrição	Valor em RS	%							
Ação: 0089. 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis	38.479.961,00	9,40 %	Média materialidade	3	Baixa	2	Média dos critérios	2,0	7,00
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade centralizada	0	
							Falta de conhecimento dos controles internos	1	Média relevância
PROGRAMA 2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA									
Ação Governamental			Materialidade	Relevância	Críticidade	Resultado da Matriz de Risco			
Descrição	Valor em RS	%							
Ação: 2030. 20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	349.668,00	0,09 %	Muito baixa materialidade	1	Muito Baixa	1	Média dos critérios	2,7	4,67
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade descentralizada	2	
							Falta de conhecimento dos controles internos	1	Média relevância

PROGRAMA 2031- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA									
Ação Governamental			Materialidade	Relevância	Críticidade		Resultado da Matriz de Risco		
Descrição	Valor em RS	%							
AÇÃO:2031.20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.	17.000.000,00	4,15 %	Média materialidade	3	Muito Alta	5	Média dos critérios	1,0	9,00
							Última auditoria realizada até 6 meses igual:	0	
							Atividade conjunta	1	
							Falhas de controles internos conhecida	2	Alta relevância
AÇÃO: 2031.20RL- Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	103.224.994,00	25,22 %	Muito alta materialidade	5	Muito Alta	5	Média dos critérios	1,3	11,33
							Última auditoria realizada até 6 meses igual:	0	
							Atividade descentralizada	2	
							Falhas de controles internos conhecida	2	Alta relevância
AÇÃO :2031.2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.	18.249.850,00	4,46 %	Média materialidade	3	Alta	4	Média dos critérios	2,7	9,67
							acima de 30 meses,	5	
							atividade conjunta	1	
							Falhas de controles internos conhecida	2	Alta relevância
AÇÃO: 2031.6380: Fomento ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.	78.830,00	0,02 %	Muito baixa materialidade	1	Alta	4	Média dos Critérios	1,0	6,00
							Última auditoria realizada até 6 meses igual:	0	
							Atividade descentralizada	2	
							Falta de	1	Média

Ju

							conheciment o dos controles internos	relevânc ia	
PROGRAMA 2109 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
Ação Governamental			Materialida de	Relevân cia	Criticidade			Resultad o da Matriz de Risco	
Descrição	Valor em RS	%							
AÇÃO: 2109.09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	33.719.672,00	8,24 %	Média materialid ade	3	Baixa	2	Média dos Critérios	2, 0	7,00
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade centralizada	0	
							Falta de conheciment o dos controles internos	1	Média relevânc ia
AÇÃO: 2109.20TP- Pagamento de Pessoal Ativo da União	178.771.104,0 0	43,6 7%	Muito alta materialid ade	5	Muito Alta	5	Média dos critérios	2, 0	12,00
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade centralizada	0	
							Falta de conheciment o dos controles internos	1	Alta relevânc ia
AÇÃO: 2109.4572- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	3.895.661,00	0,95 %	Baixa materialid ade	2	Alta	4	Média dos critérios	2, 7	8,67
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade descentraliza da	2	
							Falta de conheciment o dos controles internos	1	Média relevânc ia
AÇÃO: 2109.2004- Assistência Médica e Odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	4.669.003,00	1,14 %	Média materialid ade	3	Muito Baixa	1	Média dos critérios	2, 7	6,67
							acima de 30 meses,	5	
							Atividade descentraliza da	2	

						Falta de conhecimento dos controles internos	1	Média relevância
AÇÃO: 2109.2012- Auxílio Alimentação aos servidores civis, empregados e militares	10.050.783,00	2,46 %	Média materialidade	3	Muito Baixa	Média dos critérios	2,0	6,00
						acima de 30 meses,	5	
						Atividade centralizada	0	
						Falta de conhecimento dos controles internos	1	Média relevância
AÇÃO: 2109.00M1- Benefícios Assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade	106.692,00	0,03 %	Muito baixa materialidade	1	Muito Baixa	Média dos critérios	2,0	4,00
						acima de 30 meses,	5	
						Atividade centralizada	0	
						Falta de conhecimento dos controles internos	1	Baixa relevância
AÇÃO: 2109.2010- Assistência Pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares	372.251,00	0,09 %	Muito baixa materialidade	1	Muito Baixa	Média dos critérios	2,0	4,00
						acima de 30 meses,	5	
						Atividade centralizada	0	
						Falta de conhecimento dos controles internos	1	Baixa relevância
AÇÃO: 2109.2011- Auxílio - transporte aos servidores civis, empregados e militares	136.492,00	0,03 %	Muito baixa materialidade	1	Muito Baixa	Média dos critérios	2,0	4,00
						acima de 30 meses,	5	
						Atividade centralizada	0	
						Falta de conhecimento dos controles internos	1	Baixa relevância

Destarte, as atividades foram priorizadas considerando os aspectos de materialidade, relevância e criticidade, onde foi possível elaborar a matriz de risco com a classificação das ações para direcionamento dos trabalhos de auditoria interna, conforme demonstração abaixo. Assim sendo, foram priorizadas as ações com resultado da matriz de risco igual ou superior a 9.

ACÕES	PONTUAÇÃO NA MATRIZ DE RISCO	AÇÃO NO PAINT 2015
ACÇÃO: 2109.20TP- Pagamento de Pessoal Ativo da União	12 (Alta Relevância na Matriz de risco)	Ação 09
ACÇÃO: 2031.20RL- Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	11,33 (Alta Relevância na Matriz de risco)	Ação 05 e 08 (Serão verificados licitações e convênios realizados com recursos destinados à Ação 20 RL).
ACÇÃO :2031.2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.	9,67 (Alta Relevância na Matriz de risco)	Ação 10 (Serão verificados os recursos desta Ação, devido à alta relevância identificada na matriz de risco e devido a identificação de fragilidades nos controles internos quando da Ação de Levantamento dos Campi.
ACÇÃO:2031.20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.	9,00 (Alta Relevância na Matriz de risco)	Será feito o monitoramento da aplicação dos recursos destinados à Ação 20RG através da Ação 01.

Abaixo apresentamos as Ações

PLOA	Temas	Origem	Justificativa
Ação 20TP	Verificação da consistência da Folha de Pagamento.	Norma	Este tema será tratado como ação de auditoria de mesmo nome, por ser demanda da IN 01/2007 e por não ter sido realizada anteriormente.
	Acumulação	PPP	Este tema fará parte do escopo da Ação Verificação da

			consistência da Folha de Pagamento.
Ação 20 RL	Avaliação do gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes.	Norma/ Of. CGU 32.595	Este tema será tratado como uma ação de auditoria por ser demanda da IN 01/2007 e por não ter sido realizada anteriormente, denominada CONVÊNIOS.
	Licitações	Norma/ Of. CGU 32.595	Este tema será tratado em ação de auditoria de mesmo nome por ser demanda da IN 01/2007 e do Of. 32.595
	Avaliação da aderência dos critérios de sustentabilidade ambiental	Of. CGU 32.595	Este tema fará parte do escopo da ação de auditoria denominada LICITAÇÕES
	Avaliação de TI	Of. CGU 32.595	Apesar de ser demanda do Of. CGU 32.595 não há capacidade técnica da equipe atual para abordar o assunto para 2015.
	Avaliação do uso do Cartão de Pagamento	Of. CGU 32.595	Este tema não será abordado em 2015, tendo em vista a abordagem realizada em 2013. Haverá o monitoramento do atendimento das recomendações emitidas.
	Auditoria em Fundações de apoio	Of. CGU 32.595	Este tema fará parte do escopo das ações de auditoria: CONVÊNIOS e LICITAÇÕES
	Auditoria na UAB	IFCE	Este tema será tratado como uma ação de controle para conhecimento da Gestão.
	Auditoria na PROEN – Pró Reitoria de Ensino (Auditoria na Atividade fim).	IFCE	Este tema será tratado como uma ação de auditoria denominada PROEN por não ter sido abordado em 2014.
	Almoxarifado	AUDIN	Resultado da Ação 06/2014. Porém este tema não será abordado em 2015, pois já houve trabalho de auditoria por parte da CGU, com implantação de controles em curso, em detrimento do tema Assistência Estudantil, que nunca fora avaliado.
	Patrimônio Mobiliário	AUDIN	Resultado da Ação 06/2014. Porém este tema não será abordado em 2015, pois já houve trabalho de auditoria por parte da CGU, com implantação de controles em curso, em detrimento do tema Assistência Estudantil, que nunca fora avaliado.

	Contratos	IFCE	Este tema não será abordado em 2015 tendo em vista a abordagem realizada em 2013 e 2014. Haverá o monitoramento do atendimento das recomendações emitidas.
Ação 2994	Avaliação da Gestão dos Recursos destinados à Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica (Auxílio aos estudantes)	AUDIN	Resultado da Ação 06/2014. Este tema será tratado como ação de auditoria denominada: Assistência Estudantil
Ação 20RG	Auditoria em Obras	PPP/IFCE	Este tema não será abordado em 2015 tendo em vista a abordagem realizada em 2013 e 2014. Haverá o monitoramento do atendimento das recomendações emitidas.
	Gestão do Patrimônio Imobiliário	Of. CGU 32.595	Este tema não será abordado em 2015 tendo em vista a abordagem realizada em 2013 e 2014. Haverá o monitoramento do atendimento das recomendações emitidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E ANÁLISE DOS RESULTADOS ESPERADOS COM A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Para a elaboração deste PAINTE foi considerada a IN nº 01 de 03/01/07 e como fontes de informação os últimos relatórios de auditoria emitidos pela CGU/CE e acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com relação ao atendimento do Ofício 32.595 CGU/PR, a AUDIN informa que a Avaliação da estrutura dos Controles Internos será feita junto com as Ações de Auditoria de nº 05 a 10, do PAINTE 2015. A Avaliação da Gestão do uso do Cartão de Pagamento foi realizada em 2013 e está sendo monitorada a utilização no Plano de Providências Permanente – Ação de Monitoramento de nº 01 do PAINTE 2015. Avaliação sobre a gestão do patrimônio imobiliário, realizada em 2013 e 2014, será monitorada através da Ação de nº 01 – Monitoramento do Plano de Providências Permanente. A avaliação da situação das transferências realizadas será realizada junto com a Ação de nº 08 - CONVÊNIOS. Quanto a Avaliação sobre a aderência aos critérios de sustentabilidade ambiental, este tema foi inserido no escopo da Ação nº 05 LICITAÇÕES. Quanto à Gestão de Tecnologia da Informação (TI) a AUDIN ainda não apresenta capacidade técnica para tais avaliações, a ser programada uma capacitação para 2015.

A ação nº 15 do PAINTE 2013 e nº 06 do PAINTE 2014 - *Levantamento dos Campi do IFCE* realizado nos 23 campi do IFCE contribuiu para a criação da Ação de Auditoria nº 10- *Avaliação da Gestão dos Recursos destinados à Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica (Auxílio aos estudantes)*

Será empregado o método de amostragem aleatória simples nas ações cujo universo de processos seja superior a 10(dez), em função da necessidade de obtenção de informações em tempo hábil; do efetivo de recursos disponíveis; do nível de treinamento da atual equipe e abrangência das áreas de exame comparada ao tempo necessário para execução das atividades. No cálculo de homens-hora, está incluído o tempo necessário para planejamento, execução e elaboração de relatórios para cada auditoria realizada. Para as ações 01, 02, 03, 04, 11, 12, 13 e 14 não haverá produção de relatórios nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa CGU nº 07/2006, por não se constituírem de atividades de auditoragem. **A forma de mitigar as causas dos desvios de conduta será por meio das recomendações consignadas nos relatórios de auditorias internas correspondentes a cada ação.**

Com a atuação da Auditoria Interna, por meio da execução do PAINT 2015, espera-se que:

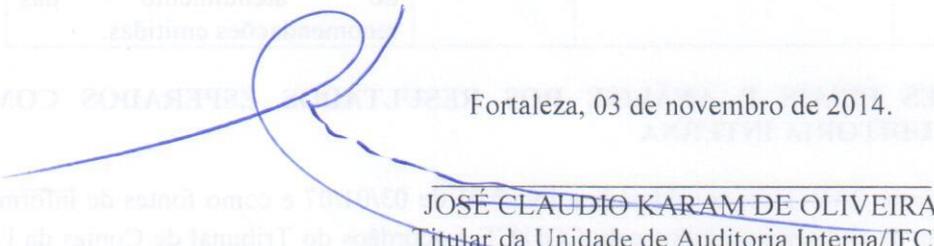
- Os controles internos sejam fortalecidos;
- Os auditores sejam capacitados, aperfeiçoando as técnicas de auditoria;
- As ações sejam concluídas dentro do período estimado;

Este plano é composto por esta peça preambular e pelos anexos I e II.

ANEXO I: É o espelho do Plano

ANEXO II: É o cronograma das atividades/carga horária dos servidores

Fortaleza, 03 de novembro de 2014.



JOSÉ CLAUDIO KARAM DE OLIVEIRA
Titular da Unidade de Auditoria Interna/IFCE
SIAPE: 0269598
Fone 85 3307 3760



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
Unidade de Auditoria Interna
PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA DE 2015 (ANEXO I)

Ação nº	I	II	III	IV	V	VI		VII	VIII	IX
	Descrição Sumária	Área	Objetivos	Origem da demanda	Local da realização dos trabalhos	Período de Execução homem/hora		Escopo	Conhecimentos específicos requeridos	Avaliação de Riscos
						Dias	H/h			
01	Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Controle de Gestão	Promover uma maior implementação das recomendações originadas dos órgãos de controle e da AUDIN	Atribuição	Vários Setores	ABR AGO SET DEZ	768/05	Os exames buscarão comprovar a efetiva implementação de todas as ações constantes nos Planos de Providências emitidos pelos gestores. (Licitação /Contratos/ Cartão de Pagamento do Governo Federal /Admissão de Pessoal, Obras e gestão patrimônio imobiliário)	Ações de auditoria realizadas e relatórios da CGU	Relevante para o IFCE para que as recomendações dos órgãos de controle sejam implementadas
02	Elaboração do RAINTE 2014	Controle de Gestão	Atender o disposto na IN 01/2007, apresentando os trabalhos da AUDIN.	Atribuição	AUDIN	JAN	240/05	Apresentar todos os trabalhos realizados pela AUDIN em 2014	IN 01/2007-CGU IN 07/2006-CGU	Alta relevância por imposição do Órgão Central de Controle Interno

03	Assistência aos analistas e técnicos da CGU/CE nos trabalhos de auditoria de gestão 2014 e acompanhamento de 2015	Controle de Gestão	Prestar assistência aos analistas e técnicos nos trabalhos de auditoria da gestão 2014 e acompanhamento de 2015.	Atribuição	AUDIN	MAR-MAI	340/02	Serão atendidas todas as solicitações de auditoria que consiste no fornecimento de documentos, processos e justificativas em todas as áreas. Contraditórios até a conclusão do Relatório de Auditoria de Gestão 2014, bem com as auditorias de acompanhamento e fiscalizações.	Normas de encerramento de exercício	Alta relevância pela obrigação regimental
04	Elaboração do Manual de Auditoria Interna- IFCE	Controle de Gestão	Uniformizar os conceitos e rotinas relacionados ao setor.	CGU/CE	AUDIN	MAR-MAI	160/01	Instituir manual de procedimentos, programas, relatórios, acompanhamento de recomendações da CGU Recomendação 1: Implementar os aprimoramentos necessários nos papéis de trabalho e na documentação em geral das atividades realizadas pela AUDIN, paralelamente à criação de planos de auditoria, procedimentos e desenvolvimento de instrumentos de trabalho. Recomendação 2: Aprimorar o arcabouço normativo da AUDIN no sentido de que contemple a descrição detalhada dos procedimentos adotados pela área em cada etapa do processo de trabalho, tipificando todas as operações realizadas e o rito a ser seguido em cada uma delas, diferenciando ações pontuais de ações de auditoria continuada e auditorias de gestão, desempenho ou outros tipos aplicados à realidade das demandas existentes na unidade.	Normas brasileiras e internacionais de auditoria	Alta relevância por recomendação do Órgão Central de Controle Interno mediante Relatório de Gestão 2013.

05	Licitações	Gestão de Suprimento de Bens e Serviços	Verificar a formalização das licitações, dando ênfase para as Fundações de Apoio e outras entidades sem fins lucrativos. Verificar se as licitações foram realizadas na modalidade adequada, por possíveis falhas na escolha da modalidade de licitação.	Norma/ Of. CGU 32595	AUDIN e SET-NOV possíveis campi	1016/03	Analisar por amostragem aleatória, com 10% das licitações, realizadas em 2015 pelo IFCE. Avaliar os procedimentos de controles internos; Verificar a formalização Processual; Verificar a correta modalidade de licitação. Verificar a contratação de Fundações de Apoio e outras entidades sem fins lucrativos, conforme orientação constante no Ofício DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR nº 32595/2012. Avaliação da aderência dos critérios de sustentabilidade ambiental	Lei 8.666/93, Decreto 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005. - Lei 12.462/2011, institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC. -Decreto 7.581/2011	alta relevância na matriz de risco referente à Ação 20RL
----	------------	---	--	----------------------	---------------------------------	---------	--	---	--

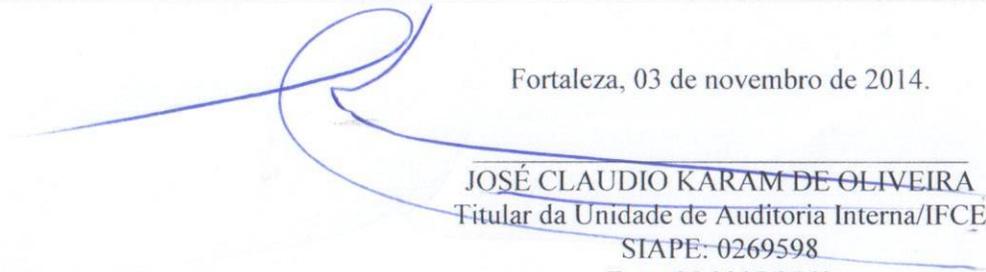
06	Auditoria na PROEN - Pró Reitoria de Ensino (Auditoria na Atividade fim).	Gestão Operacional	Verificar a real necessidade do quantitativo de docentes nas unidades em comparativo ao número de horas aula e turmas oferecidas (Critérios). Verificar se o quantitativo o alunos apresentado para elaboração da matriz orçamentária, coincide com a realidade. Verificar a prática de acompanhamento e avaliação dos programas de curso com os planos de trabalho apresentados pelos professores. Verificar a prática de acompanhamento e avaliação quanto a alunos matriculados e desistentes (vagas oferecidas x alunos inscritos x alunos desistentes = motivos, entre outras). Possíveis falhas no quantitativo de docentes em comparativo ao numero de horas aula oferecidas.	Gestão IFCE	AUDIN PROEN e JAN-JUN	1156/03	Analisar por amostragem aleatória, com 10%, o quantitativo de docentes em comparativo ao numero de horas aula. Verificar Analisar os indicadores de desempenhos: Gastos Correntes por Aluno (GCA); Percentual de Gastos com Outros Custeios (GOC)	Indicadores de desempenho e planos do IFCE	Alta relevância pela não execução em 2014.
07	Universidade Aberta	Gestão Operacional	Conhecer o funcionamento da atividade UNIVERSIDADE ABERTA, com fim de propor melhorias no desenvolvimento da atividade	Gestão IFCE	AUDIN UAB e ABR-JUN	596/03	Identificar a fonte de recurso que financia a execução da atividade. Verificar a aderência à legislação que regulamenta as atividades de Educação à Distância em especial Universidade Aberta.	normas ligadas ao assunto de transferências e Ensino a distância	Alta relevância, por nunca ser visto.

08	Convênios.	Gestão de Suprimento de Bens e Serviços	Verificar como está sendo conduzida a rotina do acompanhamento dos convênios e outros instrumentos congêneres e a aderência à legislação e no final propor medidas corretivas ou preventivas.	Norma/ Of. CGU 32595	AUDIN e REITORIA	JUN- AGO	816/03	Serão verificados os prazos de execução, publicação, prestação de contas e registro nos sistemas competentes em especial às transferências efetuadas às Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos, conforme orientações do Ofício 32.595/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR.	Normas ligadas ao assunto de transferências	Alta relevância por imposição do Órgão Central de Controle Interno. Alta relevância na matriz de risco referente à Ação 20RL
09	Verificação da consistência da Folha de Pagamento.	Gestão de Recursos Humanos	Verificar aderência à legislação para no final propor medidas corretivas ou preventivas. Identificar possíveis irregularidades na acumulação de cargos pelos servidores do IFCE e inibir essa prática a partir das propostas de medidas preventivas e corretivas	Norma	AUDIN PROGEP	JUL- NOV	1328/03	Será verificada a formalização dos processos de admissão, cessão, requisição, concessão de aposentadoria e concessão de pensão, por amostragem, se a população for superior a dez processos. Será verificada se os atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão foram cadastrados no SISAC. Quanto ao assunto Acumulação de Cargos a amostragem será construída a partir do Relatório de Auditoria de Gestão nº 201307323, e seguinte e do Acórdão proveniente da Ação de Fiscalização nº 276/2012 do TCU, além de rever as situações alimentadas no Sistema de Tratamento de Indícios de Irregularidade (STII) pela Auditoria da SRH/MPOG. Serão analisadas todas as situações da amostra, considerando a legalidade da acumulação dos cargos e compatibilidade da jornada de trabalho.	Legislação de Pessoal	Alta relevância na matriz de risco referente à Ação 20TP, além de imposição normativa.

10	Avaliação da Gestão dos Recursos destinados à Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica (Auxílio aos estudantes)	Controle da Gestão	Verificar a efetividade na gestão dos recursos destinados à Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica (Auxílios) Possível destinação incorreta dos recursos	AUDIN Ação 06-2014	AUDIN PROEXT PROEN	JAN-MAR	1132/04	Avaliar a Gestão dos recursos destinados à Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica (Auxílios): Verificar os normativos; Verificar a segregação de funções no processo de concessão dos auxílios; Verificar o cumprimento dos critérios para a concessão dos auxílios;	Normas internas e legislação pertinente ao assunto	Alta relevância na matriz de risco referente à Ação 2994.
11	Elaboração do PAINT/2016	Controle de Gestão	Planejar os trabalhos de auditoria de 2016	Atribuição	AUDIN	OUT	200/03	Definição de atividades de acordo com as prioridades institucionais para 2016 ou manter os que não foram realizados no exercício de 2015.	Instrução Normativa da CGU	Alta relevância por ser imposta pelo Órgão Central de Controle Interno
12	Capacitação	Treinamento	Proporcionar aprendizado e prática de auditoria em áreas necessárias para o desenvolvimento das ações do PAINT	Atribuição	Não identificado	MAI JUN AGO OUT NOV	400/05	Intenção de treinar os auditores nos seguintes cursos: Auditoria em licitação, convênio, legislação de pessoal. Participação da Semana Orçamentária direcionada aos temas de controle, gestão de risco e TI.	Assuntos ligados às ações de auditoria e técnicas de auditoria	Ação de Capacitação IN CGU 01/2007, art. 2º II.
13	Participar do FORUM Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais vinculadas ao MEC (FONAI)	Treinamento	Integrar e capacitar os profissionais da área para aprimoramento profissional.	Atribuição	Não identificado	MAI NOV	80/01	Treinamento em assunto específico, intercâmbio com outras Instituições de Ensino. Palestras, mini cursos e workshops.	Assuntos ligados às ações de auditoria e técnicas de auditoria	Ação de Capacitação IN CGU 01/2007, art. 2º II.

14	Acompanham ento das ações de Encerramento do Exercício findo	Controle de Gestão e Gestão Operacion al	Acompanhar a formalização do processo de prestação de contas e obter elementos para constar do Parecer da Unidade de Auditoria Interna.	Atribuiçã o	AUDIN- REITORIA	JAN- FEV NOV- DEZ	288/01	Serão catalogadas para leitura as normas de formalização do Processo de Prestação de Contas, para a aplicação e procedimentos para as peças da prestação de contas.	Normas de encerramento de exercício	Alta relevância a pedido da CGU
----	---	--	--	----------------	--------------------	----------------------------	--------	--	---	--

Fortaleza, 03 de novembro de 2014.



 JOSÉ CLAUDIO KARAM DE OLIVEIRA
 Titular da Unidade de Auditoria Interna/IFCE
 SIAPE: 0269598
 Fone 85 3307 3760



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
Unidade de Auditoria Interna
CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES/CARGA HORÁRIA de 2015 (ANEXO II)

N	Ação	Nº de Identificação do Auditor	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL DE HORAS POR AÇÃO	
1	Monitoramento do Plano de Providências Permanente	1								40						
		3														
		6				40					40				112	
		7				40					40				112	
		8													112	
		9				40					40	40				112
		Total	0	0	0	120	0	0	0	0	160	40	0	0	448	768
2	Elaboração do RAINTE 2014	1	80													
		3														
		6	40													
		7	40													
		8	40													
		9	40													
		Total	240	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	240

Jui

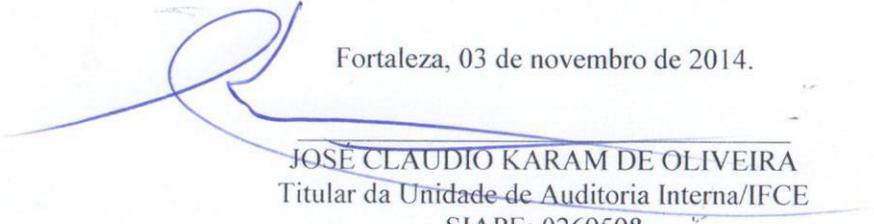
N	Ação	Nº de Identificação do Auditor	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL DE HORAS POR AÇÃO
3	Assistência a CGU	1			80	80	60								
		3													
		6													
		7			40	40	40								
		8													
		9													
		Total	0	0	120	120	100	0	0	0	0	0	0	0	
4	Elaboração do Manual de Auditoria	1			60	80	20								
		3													
		6													
		7													
		8													
		9													
		Total	0	0	60	80	20	0	0	0	0	0	0	0	
5	Licitações	1													
		3													
		6											120		
		7													
		8										168	160	160	
		9										128	120	160	
		Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	296	280	440	
6	Auditoria na PROEN – Pró Reitoria de Ensino (Auditoria na Atividade fim).	1						20							
		3													
		6				120	160	128							
		7													
		8	120	136	160	160	40	112							
		9													
		Total	120	136	160	280	200	260	0	0	0	0	0	0	

N	Ação	Nº de Identificação do Auditor													TOTAL DE HORAS POR AÇÃO	
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
7	Universidade Aberta	1						20								
		3														
		6														
		7				80	120	128								
		8														
		9				120	40	88								
		Total	0	0	0	200	160	236	0	0	0	0	0	0	0	
8	Convênios	1						128	184							
		3														
		6														
		7														
		8							120	120						
		9							144	120						
		Total	0	0	0	0	0	128	448	240	0	0	0	0		816
9	Verificação da consistência da Folha de Pagamento.	1							112	136						
		3														
		6							104	80	168	120				
		7							80	120	168	120	120			
		8														
		9														
		Total	0	0	0	0	0	0	184	312	472	240	120		0	1328
10	Avaliação da Gestão dos Recursos destinados à Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica (Auxílio aos estudantes)	1			20											
		3														
		6	80	136	160											
		7	80	80	160											
		8														
		9	120	136	160											
		Total	280	352	500	0	0	0	0	0	0	0	0		0	1132

N	Ação	Nº de Identificação do Auditor	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL DE HORAS POR AÇÃO	
11	Elaboração do PAINT 2016	1										120			200	
		3														
		6														
		7											40			
		8											40			
		9														
		Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200	0		0
12	Capacitação	1					40					40			400	
		3														
		6						40					40			
		7						40					40			
		8					40			40						
		9					40					40				
		Total	0	0	0	0	120	80	0	40	0	80	80	0		
13	FONAI	1					40						40		80	
		3														
		6														
		7														
		8														
		9														
		Total	0	0	0	0	40	0	0	0	0	0	40	0		
14	Acompanhamento das ações de Encerramento do Exercício Findo.	1	40	16									40	0	288	
		3											120	112		
		6														
		7														
		8														
		9														
		Total	40	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	120		112

	Karam -1	1	120	16	160	160	160	168	184	152	136	160	160	112	1688
	Flávio-3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Dirlândia-6	6	120	136	160	160	160	168	104	120	168	160	160	112	1728
	Milena-7	7	120	80	200	160	160	168	80	160	168	160	160	112	1728
	Christianey-8	8	160	136	160	160	80	112	120	160	168	160	160	112	1688
	Gilderlane-9	9	160	136	160	160	80	88	144	160	168	160	160	112	1688
			680	504	840	800	640	704	632	752	808	800	800	560	8520

Fortaleza, 03 de novembro de 2014.


 JOSÉ CLAUDIO KARAM DE OLIVEIRA
 Titular da Unidade de Auditoria Interna/IFCE
 SIAPE: 0269598
 Fone 85 3307 3760